



Por Gustavo Loyola

Foi presidente do BC em duas ocasiões (1992-1993 e 1995-1997). Entre 2003 e 2006, presidiu o Conselho Fiscal do Itaú. É sócio-diretor da Tendências Consultoria

60 anos do Bacen, uma data a celebrar

História do Bacen para ilustrar a importância para o Brasil da construção de instituições de Estado, que parem acima das naturais alternâncias partidárias no comando da República

Por Gustavo Loyola

28/04/2025 05h02 - Atualizado há 6 horas

No último 31 de março, o Banco Central do Brasil (Bacen) completou 60 anos de funcionamento, tendo sido a data objeto de várias comemorações, entre as quais uma cerimônia na sede da instituição, prestigiada por relevantes lideranças políticas, e com a participação dos atuais e dos antigos dirigentes do banco.

O Brasil foi um dos países mais tardios no que concerne à criação de um banco central. Na América Latina, a onda de criação de bancos centrais se deu nos anos 1920, muito por influência externa, principalmente do Banco da Inglaterra e do Federal Reserve, já que a ausência de uma autoridade monetária nos países latino-americanos era vista com uma fonte de instabilidade nas relações financeiras internacionais, quando os principais bancos centrais buscavam retomar o padrão-ouro, abalado pela I Guerra Mundial e as crises monetárias do início dos anos 1920.

Muito embora as primeiras cogitações para a criação de um banco central no Brasil datem do governo de Arthur Bernardes, somente no pós-guerra é que a ideia da criação de uma autoridade monetária tomou corpo no Brasil, tendo levado à criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), como uma etapa intermediária para a criação posterior de um Banco Central, já que eminentes economistas brasileiros da época - inclusive Eugênio Gudin - desaconselharam sua criação imediata devido ao “contexto econômico desfavorável”.

Contudo, como assinalam vários historiadores, a maior oposição à criação de um banco central vinha sobretudo do **Banco do Brasil (BB)**, que desempenhava as funções típicas de autoridade monetária na ausência de uma instituição própria para a função. Ao longo do final dos anos 1940 e na década seguinte, vários projetos, inclusive de iniciativa do Poder Executivo, tramitaram no Congresso Nacional visando o estabelecimento de um banco central, mas a transcrição dos debates no parlamento mostra claramente a existência de um “lobby” que propugnava pelo fortalecimento do BB, em oposição à criação de um banco central. Essa oposição vinha também, diga-se de passagem, de alguns bancos privados, preocupados principalmente com a potencial exigência de depósitos compulsórios por parte de um banco central.

Interessante, a propósito, tendo em vista o atual momento fiscal, transcrever uma fala importante do então senador e ex-ditador Getúlio Vargas que, em 1947, declarou “Durante anos, meu governo também pensou no Banco Central. E esteve quase pronto esse Banco Central. Não o criou única e exclusivamente porque, com a guerra próxima e conhecendo as consequências inevitáveis dessa situação, não poderia responder pelo equilíbrio orçamentário. E um Banco Central só funciona bem quando o orçamento está equilibrado. Fora daí, passa a ser um organismo mais nocivo e contraproducente do que eficiente e benéfico”. Vê-se aí que a ideia da necessidade da mínima coordenação entre as políticas monetárias e fiscal preexistia em muito o estabelecimento formal de uma autoridade monetária no Brasil, lição que até hoje parece não compreendida pela maioria dos políticos eleitos.

O Bacen acabou sendo criado em 1964, após longo debate no Congresso Nacional, com o incentivo decisivo de homens como Octávio Gouveia de Bulhões, Dênio Nogueira, Roberto Campos e Casimiro Ribeiro. Contudo, em sua criação, concessões várias tiveram que ser feitas, inclusive a manutenção de algumas funções no BB, como a de receber os depósitos voluntários dos bancos, e a permanência do Orçamento Monetário. Um aspecto relevante a mencionar é que o presidente e os diretores do Bacen tinham originalmente mandatos e possuíam maioria no Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão de cúpula do sistema monetário-financeiro brasileiro, características que lhe foram retiradas pelos governos militares posteriores.

Órgãos como o Bacen trazem continuidade e a segurança jurídica que são fundamentais para o crescimento sustentável

O espaço desse artigo é muito curto para se tratar de uma história institucional tão rica quanto a do Bacen, mas é necessário salientar que sua trajetória foi marcada por evoluções graduais e que a instituição foi forjada ao longo de graves crises econômicas sofridas pelo país. Um momento fundamental na consolidação da instituição como autoridade monetária ocorreu na segunda metade dos anos 1980, com a extinção da conta movimento - pela qual o BB tinha livre acesso a recursos monetários do Bacen - e a transferência de suas funções de fomento para a recém-criada Secretária do Tesouro no Ministério da Fazenda, graças a um grupo de técnicos liderados brilhantemente por Mailson da Nóbrega.

Outros momentos relevantes na evolução institucional do Bacen foram a Constituição de 1988, que expressamente proibiu o financiamento do Tesouro Nacional pela instituição e passou a exigir a aprovação de seus dirigentes pelo Senado Federal, assim como o próprio Plano Real de 1994 que, na prática, fez com que o Bacen retomasse o controle da política monetária e seu papel de guardião da estabilidade da moeda. Na década dos anos 1990 e no início dos anos 2000, o Bacen ganhou também os instrumentos necessários para zelar pela estabilidade do sistema financeira em linha com as melhores práticas internacionais. Tudo isso culminou com a Lei Complementar nº 179/2021, que estabeleceu a autonomia do Banco Central do Brasil e definiu que o presidente e os diretores do Bacen têm mandatos fixos de 4 anos, não coincidentes com o mandato do presidente da República.

O breve esboço histórico acima serve para ilustrar a importância para o Brasil da construção de instituições de Estado, que parem acima das naturais alternâncias partidárias no comando da República, como é típico nos Estados democráticos. Sem se constituírem num “quarto poder”, instituições de Estado, como o Bacen, trazem ao país continuidade salutar e a segurança jurídica que são fundamentais para o crescimento sustentável da economia e, porque não dizer, para a sustentabilidade no longo prazo do próprio regime democrático.

Gustavo Loyola é doutor em Economia pela EPGE/FGV. Ex-presidente do Banco Central, é sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo.